

ELEIÇÕES No Recife, mulheres não vão além da cota mínima de candidaturas exigida por lei

Mulheres ainda são minoria na política

VERONICA ALMEIDA

valmeida@jc.com.br

Duzentas e trinta e cinco mulheres estão disputando, este ano, as 39 vagas para vereador do Recife. O número ainda não é definitivo, refere-se às consideradas aptas, até o momento, pela Justiça Eleitoral. A quantidade equivale a 30% dos 778 que tiveram o registro deferido, exatamente a quota mínima exigida de cada partido ou coligação pela legislação. E mesmo que as candidatas somem muitos votos no dia 2 de outubro, a matemática eleitoral pode deixar algumas delas fora do páreo. Na última eleição, só 15% das cadeiras (seis) da Câmara foram ocupadas por parlamentares do sexo feminino.

A contabilista e estudante de direito Marli Maravilha, 54 anos, e a médica e advogada Renê Patriota, 60, candidatas pela mesma sigla (Partido Verde), têm em comum mais que isso. Já são veteranas em concorrer ao Legislativo e não conseguem a vaga. "Em 2008, quando concorri pela primeira vez a vereadora, conquistei três mil votos e fiquei na terceira suplência, mas não entrei", lembra Renê. Em 2010 conseguiu quase 125 mil votos como candidata a senadora e, dois anos seguintes, com 4.500 chegou à primeira suplência da Câmara de Vereadores, mas também viu o sonho do mandato ir embora.

Segundo Renê, em todas as disputas lidou com dificuldades, da falta de financiamento à necessidade de conciliar atividades profissionais e as típicas do mundo feminino. Além de brigar por espaço nos partidos é preciso driblar a cultura da sociedade, na



VOTOS Marli Maravilha pede metade de vagas para mulheres. Vera Baroni desistiu da política eleitoral

opinião dela. "Uma mulher me disse outro dia que eu não precisava entrar nisso (na política)", conta Renê, lembrando o conceito negativo que a atividade política ganhou por causa da corrupção.

Marli Maravilha, que fundou em 1992 e preside a associação de mães solteiras, apoiando outras mulheres na luta pelo reconhecimento de paternidade dos filhos e acesso a creche, participou de outras duas eleições e confessa: "É muito difícil conciliar a agenda de candidata com todas as outras que temos. Quando um homem se candidata, a família o apoia. Quando é a mulher, ela permanece com todas as responsabilidades domésticas".

Marli acorda às 5h e vai dormir perto da meia-noite. Frequenta a faculdade, dedica-se aos projetos sociais e sai em busca de votos.

Entre um e outro compromisso, lava roupa, faz comida, limpa a casa. "Metade das vagas da Câmara deveriam ser reservada às mulheres", diz.

Uma pesquisa sobre Demandas Femininas no Cenário Eleitoral, realizada pelo Instituto Locomotiva e divulgada em São Paulo, em seminário promovido pelo Instituto Patrícia Galvão, mostra que 68% das brasileiras reclamam da falta de tempo. De acordo com o estudo que ouviu 1.800 mulheres em todo o Brasil este ano, 98% das que exercem uma atividade profissional também cuidam da casa. Embora 74% delas tenham algum grau de interesse pela política e a maioria não se sintam representada pelos que cumprem mandato, convencê-las a se candidatar depende de reforma política e também de uma jornada mais leve. A oferta de serviços

públicos poderia facilitar. Uma mulher que não dispõe de creche nem de serviços de saúde perto de casa, tem menos tempo para se dedicar à política.

Fora isso, ainda é preciso romper preconceitos. Uma das representantes do movimento de mulheres negras de Pernambuco, Vera Baroni, 71, lembra que foi chamada de lésbica quando atuou na militância sindical. Chegou a se candidatar a vereadora pelo PT em 1988, obteve 10 mil votos, mas não conseguiu a vaga. Depois tentou ser deputada estadual em 2002 e mais uma vez não venceu, embora durante quase toda a sua vida tenha estado em espaços de discussão política e de mobilização social. "Preferi contribuir na base da sociedade", diz, defendendo como saída a reforma política, com o financiamento público das campanhas".

SÉRGIO BERNARDO/JC IMAGEM

BOBBY FABISAK/JC IMAGEM